

Resenha

MARTIN, Laura; VITAGLIANO, Luís Fernando (org.). **Juventude no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

Thiago Luis Cavalcanti Calabria^{1*} e Liliâne Alves Chagas^{2**}

A coletânea de artigos intitulada “**Juventude no Brasil**”, organizada por Laura Martin e Luís Fernando Vitagliano, reúne dez artigos elaborados por quinze pesquisadores e pesquisadoras que abordam o tema das juventudes no Brasil e no mundo. Os artigos apresentam análises sobre a formação histórica das juventudes e tratam de diferentes pautas que integram o debate sobre esse segmento. O projeto em questão foi pensado e financiado pela Fundação Perseu Abramo a partir da necessidade de se discutir tópicos referentes à composição das juventudes e de suas organizações. Por isso, ele foi produzido em colaboração com outras instituições e movimentos sociais, tais como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Juventude do Partido dos Trabalhadores (JPT), o Levante Popular da Juventude, a Juventude do Movimento Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores de São Paulo (CUT-SP), o Instituto Lula, Balaio – Núcleo de Estudantes Petistas da Universidade de São Paulo (USP) e o Projeto Nossa America Nuestra, da Fundação Perseu Abramo (FPA). Teve início em 2017, diante da difícil realidade brasileira no pós-golpe, em um contexto de avanço das forças conservadoras e do flagrante retrocesso das políticas sociais conquistadas nos últimos anos. Entre os tópicos específicos de cada um dos artigos, encontram-se temas como os movimentos contemporâneos da juventude latino-americana, a juventude da periferia, a formação econômica do Brasil, as políticas públicas de juventude nos governos Lula e Dilma, o mercado

^{1*} Mestre em Educação pela UFPE. Professor da Educação Básica vinculado a SEEPB. Pesquisador integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares/UFPB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0677-6200>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8052349301328291>. E-mail: thg.calabria@gmail.com.

^{2**} Mestra no Ensino das Artes, pelo PROFARTES/UFPB. Professora da Educação Básica vinculada a SEEPB. Pesquisadora integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares/UFPB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8670-9843>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2073391662020902>. E-mail: lilianealvesc@gmail.com.

de trabalho, as pautas e os desafios do movimento estudantil, a realidade e a organização da juventude rural, o papel das mulheres jovens e do feminismo no Brasil, a realidade da juventude negra em nosso país, a luta da juventude LGBT brasileira e os novos sujeitos que compõem a juventude e suas diferentes formas de organização e manifestação. O livro, em formato eletrônico, compreende cento e oitenta e sete páginas e está dividido em três seções: “Introdução”, “Artigos” e “Sobre os autores e autoras”. Para apresentar os artigos, seguiremos a ordem da própria coletânea, com uma breve exposição de seus autores e autoras.

O primeiro artigo tem o título **“Juventude da periferia: reflexões iniciais com base na formação brasileira”** e foi elaborado por Filipe Rodrigues, estudante de economia, e Juliane da Costa Furno, doutoranda em desenvolvimento econômico, ambos ligados ao Levante Popular da Juventude. O texto promove uma reflexão sobre as categorias juventude, periferia e formação nacional. A discussão sobre as juventudes que estão nas periferias é feita pela associação entre o conhecimento científico e o saber popular que se faz presente no texto através do *hip hop* e do samba. Artistas como BNegão, Emicida, Bezerra da Silva e o grupo musical Racionais MC's são citados como fontes de saberes oriundos da cultura popular que colaboram para a compreensão da periferia através de sua própria voz. Outra estratégia de pesquisa utilizada pelos autores supracitados foi a construção de uma compreensão da periferia por meio da análise da história da classe trabalhadora no Brasil. Os autores também defendem que existiria uma política que nega o acesso à terra, à cidadania e ao trabalho assalariado a um imenso contingente de pessoas negras, outrora escravizadas. A associação à política de embranquecimento promoveu a pauperização e criminalização dessa população. Diante desse contexto, estratégias de resistência são apresentadas a partir do tripé cultura popular, educação popular e geração de renda, porém sem excluir o uso de outras ferramentas (ou armas) para a luta pelo direito à cidade através das periferias.

O artigo seguinte, intitulado **“Pessoal, jogral” – novos sujeitos entram em campo**, escrito pelo estudante de ciências sociais Erik Bouzan, secretário estadual da juventude do Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo, promove uma rica discussão sobre o surgimento de novos atores sociais, em sua maioria jovens não organizados a partir de partidos ou movimentos sociais, protagonistas de movimentos de revolta que tomaram as ruas de diferentes países nos primeiros anos do século XXI. Esse contexto relaciona-se com as políticas de austeridade promovidas pelos governos de esquerda tradicional, no Brasil e no mundo, que

impactaram negativamente no sentimento de representatividade dos jovens. Esses movimentos, cada um à sua maneira, fizeram críticas contundentes às instituições, ao sistema político, ao personalismo, ao carreirismo, ao conceito de liderança política, às organizações tradicionais e à democracia representativa. Em busca de uma síntese que contemple a emergência desses novos atores e suas novas formas de organização, o autor evidencia que as primaveras estudantil, feminista, LGBT e das periferias encontram-se em sua fase inicial de organização e que já estão promovendo um novo ciclo de lutas a partir de novas formas de conscientização. Ademais, o autor defende que o novo ciclo de lutas e de desenvolvimento social depende da capacidade de organização dos sujeitos, bem como da perspectiva revolucionária de construção de uma nova sociedade e do socialismo democrático.

“**Genocídio da juventude negra no Brasil**”, artigo de autoria da advogada Tamires Sampaio, coordenadora da Juventude da Coordenação Nacional de Entidades Negras, discute a questão étnica e racial a partir da análise do processo de exclusão social das pessoas negras decorrente da escravização, mas também da abolição, que levou à criminalização dessa população. Esse processo de exclusão tornou o racismo um elemento estrutural em nossa sociedade, tendo como consequência o favorecimento de relações sociais e institucionais referenciadas na reprodução do racismo. A política de segurança no Brasil, estruturada na perspectiva de manutenção da ordem e da prevenção de risco, associada ao racismo estrutural, teria promovido, segundo a autora, uma política criminal voltada para o encarceramento e extermínio das pessoas negras. A compreensão do direito à segurança enquanto direito individual favorece um conflito com a ordem pública, uma vez que orienta a ação dos agentes de segurança no sentido de neutralizar e excluir as fontes de desordem. O histórico de criminalização e exploração da juventude negra e pobre, atrelado ao racismo estrutural e à atuação do sistema de segurança pública, conforme Sampaio, tem posto em curso no Brasil um processo sistemático de extermínio dessa população específica.

O sociólogo e especialista em Economia do Trabalho e Sindicalismo da Unicamp Anderson Campos é responsável pelo artigo “**Mercantilização da juventude, consumo e degradação do trabalho**”, no qual aborda o tema da juventude e do trabalho submetidos ao projeto societário neoliberal. Segundo o autor, no decorrer do século XX, vivenciamos um processo de mercantilização da imagem do adolescente a partir de sua associação com as

características de flexibilidade e adaptabilidade, aspectos estes que se relacionam à atual fase de acumulação flexível do capitalismo. Diante da hegemonia neoliberal, as relações de trabalho no Brasil foram alteradas e produziram uma inserção ocupacional precarizada das juventudes. Por isso, os jovens oriundos de famílias com baixa renda abandonam os estudos mais cedo, de forma precária, comprometendo dessa forma sua formação educacional. Além da inserção precoce e do abandono dos estudos, o autor nos alerta sobre as consequências do neoliberalismo no processo de subjetivação pelos sujeitos, através da incorporação da perspectiva de mercado no âmbito da vida social. Por isso, as políticas neoliberais e suas consequências para as juventudes devem ser analisadas não apenas a partir da reprodução das condições materiais, mas também por meio do processo de autoformatação dos trabalhadores submetidos à programação neoliberal.

“Ocupar e resistir: pautas e desafios do movimento estudantil hoje”, artigo proposto pelos estudantes de economia Rodrigo Toneto e Matias Rebello Cardomingo, ambos do Núcleo de Estudantes Petistas da USP, apresenta uma análise sobre as principais pautas e desafios para o movimento estudantil (ME) no Brasil contemporâneo. Partindo das experiências enquanto militantes do ME, os autores evidenciam algumas características que contribuem para a compreensão sobre o tema dentre as quais se destacam a heterogeneidade dos sujeitos que compõem as juventudes, a origem na classe média como fator comum à maioria dos militantes do ME, assim como as dificuldades de integração desse movimento com a nova classe trabalhadora e com outros movimentos sociais. O ME é apresentado como primeiro espaço de militância, bem como uma ferramenta crucial para a mobilização e para a transformação social. Dentre os desafios que se apresentam ao ME, os autores destacam a rotatividade e a amplitude de participação, a inserção da direita e a reorganização das forças conservadoras, além da emergência de novas entidades atreladas às novas formas de organização. Para eles, seria um dever das organizações partidárias, de movimentos sociais e demais entidades a tarefa de repensar sua relação com a juventude, já que o ME é espaço privilegiado de formulação e de debate político que necessita ser massificado e chegar para além dos muros das escolas e universidades.

O artigo intitulado **“A juventude camponesa e o modelo de produção no campo”**, de autoria do Coletivo Nacional de Juventude do MST, é defendido enquanto resultado de uma série de debates do movimento. Tem como temas centrais a atualidade da luta de classes no

campo considerando o contexto histórico, bem como a caracterização sobre a realidade da juventude camponesa, suas principais bandeiras de luta e os desafios atuais. O coletivo defende a necessidade de relações que permitam à juventude construir valores socialistas e humanistas, considerando que essa é uma fase da vida dos sujeitos crucial para sua afirmação, na qual os espaços de sociabilidade são determinantes para a formação de uma consciência coletiva. A vivência das contradições sociais e dos desafios enfrentados pela classe trabalhadora seriam essenciais para a formação da juventude necessária à proposta de reforma agrária popular. São indicados como desafios atuais a retomada do trabalho de base, a necessidade de envolver a juventude nos processos produtivos camponeses, avançar na utilização das brigadas e grupos de agitação e propaganda nas áreas camponesas, bem como oportunizar formação política e ideológica junto à juventude camponesa. O coletivo argumenta que é necessário aperfeiçoar a práxis política e o trabalho de base junto à juventude, pois a juventude que luta constrói o poder popular.

Por sua vez, o artigo intitulado **“Quando a juventude torna-se agenda governamental: reconhecimento político e direito a ter direitos nos governos Lula e Dilma”**, de autoria da economista Luiza Dulci e da pedagoga e mestranda em Educação da Unirio Severine Macedo, dedica-se a analisar a inserção da juventude nas políticas públicas desenvolvidas durante os governos de Lula e Dilma. As Políticas Públicas de Juventude (PPJ) iniciaram-se, na gestão do PT, em 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Em 2010, foi aprovada a Emenda Constitucional 65, que inseriu o termo “jovem” na Constituição e, em 2013, foi aprovado o Estatuto da Juventude. Entretanto, em decorrência do golpe de 2016, houve uma desconstrução de parte das estruturas governamentais de juventude no plano federal. Em 2016, com a Medida Provisória 726, diversos ministérios que atuavam na pauta da juventude (Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e da Juventude) foram extintos, tendo as estruturas sobreviventes sido submetidas a uma reorientação política, privatista e neoliberal, que era contrária ao que já havia sido referendado pelo voto popular. As autoras argumentam que as políticas propostas pelos governos Lula e Dilma geraram mudanças na sociedade brasileira, sentidas também pela juventude, e que esperam que os jovens lutem para manter as conquistas representadas pelo estabelecimento

de uma cultura política de participação e pelos direitos conquistados, inclusive o direito de sonhar.

Clarisse Paradis, doutoranda em Ciência Política na UFMG, autora do texto “**Jovens mulheres e as contribuições para o campo feminista brasileiro**”, discute a condição das mulheres jovens como sujeitos políticos enfatizando os processos de opressão e exploração relativos ao corpo, à sexualidade, ao trabalho e à organização política. Diante da pluralidade do campo feminista brasileiro, a autora indica a necessidade de se refletir sobre as trocas geracionais e a renovação política promovida pelas jovens feministas. Destacam-se as experiências no III Acampamento Intercontinental da Juventude, durante o Fórum Social Mundial, e a construção da diretoria de mulheres da União Nacional dos Estudantes (UNE), ambos em 2003, que atuaram no fortalecimento do feminismo no movimento estudantil e no consequente combate ao machismo na militância política e nas universidades, além de uma reelaboração de pautas fundamentais para o movimento feminista. O texto também denuncia a força do mercado na captura dos sentidos da pauta política e, em contrapartida, defende a capacidade do feminismo para oferecer um caminho de vivência da liberdade para as mulheres, combatendo o moralismo sexual, a imposição da heteronormatividade, o racismo e o discurso de mercado.

O artigo, “**Cansados de não sermos, abriremos o nosso caminho: uma juventude negra que (re)existe e luta**”, elaborado por Clédisson Júnior, mestrando em Desenvolvimento Rural pela UFRGS, apresenta uma análise do contexto socioeconômico da juventude negra no Brasil, traçando relações com o contexto internacional, com ênfase no cenário dos EUA. À luz do conceito de necropolítica, defende que é possível analisar criticamente os processos de violência sofrida pelos sujeitos, com ênfase na juventude negra da periferia do capitalismo. Para o autor, o neoliberalismo e a reativação da lógica das raças têm fortalecido a ideia de subalternidade das pessoas negras, tornando-se urgente a necessidade da descolonização e da ruptura desses engendramentos.

Luana Alice Forlini, formada em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC (UFABC), é autora do artigo intitulado “**A juventude latino-americana: os movimentos sociais contemporâneos**”, que apresenta uma análise sobre o contexto político e econômico em que os jovens latino-americanos foram e são submetidos a partir das origens e da contemporaneidade dos movimentos sociais que

marcaram as disputas políticas na América Latina. O Ni Una Menos, Movimento Zapatista, Estudiantes por la Libertad e Revolução dos Pinguins são os movimentos que têm suas origens apresentadas no texto. Para a autora, esses movimentos organizados pela juventude da América Latina têm causado impactos importantes na luta contra os efeitos nocivos da globalização e contra o avanço de discursos da direita, por exemplo, porém alerta que ainda há muito a se fazer contra o feminicídio.

Salientamos que os artigos apresentados na Coletânea “**Juventude no Brasil**” propõem a compreensão da juventude e dos temas relacionados a ela a partir da perspectiva da própria juventude, uma vez que seus autores e autoras, em sua maioria, fazem parte de movimentos de juventude. Essa é uma marca desse livro eletrônico, que atende ao seu objetivo anunciado de discutir temáticas ligadas à composição das juventudes e de suas organizações. Ademais, seu referencial teórico é bastante consistente e pode ser considerado um arcabouço relevante para pesquisadores e pesquisadoras que tenham a juventude enquanto objeto de estudo.

Recebido em: *Junho/2024.*

Aprovado em: *Novembro/2024.*